

EXPLANADA GERAL

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO DF

EDITORIAL

Contra as avaliações de desempenho NOVA TABELA PARA O PCC

A plenária da CONDSEF, reunindo os sindicatos gerais de todo o país, deliberou contra as avaliações de desempenho e contra as gratificações de desempenho. A regulamentação que saiu da GDATA mostra o acerto da CONDSEF (veja matéria na página do meio). Ela prevê que os servidores serão avaliados e, obrigatoriamente, uma parte terá um desempenho inferior a 50%, abrindo caminho para a demissão.

Além disso, a plenária da CONDSEF aprovou, a partir da proposta do SINDSEP-DF, uma nova tabela para o pessoal do PCC que está sendo apresentada ao governo federal e como emenda em um dos projetos que está em discussão no Congresso

Nacional e a reativação dos cargos que foram extintos.

O Congresso na encruzilhada

Enquanto os índices favoráveis a Lula sobem em todos os institutos de pesquisa, o Congresso paralisou-se: de um lado a pressão do governo pela aprovação da CPMF a qualquer custo e de outro a Câmara que recusa-se a votar a MP do salário mínimo, pois os deputados governistas não querem aparecer como aqueles que votaram contra o reajuste do salário mínimo.

É nesta situação que o SINDSEP e a CONDSEF entendem que é necessário fazer a pressão sobre o Congresso para batalhar pelos direitos



A plenária da CONDSEF aprovou, a partir do SINDSEP-DF, uma nova tabela para o PCC

dos servidores, exigindo a incorporação das gratificações, a reativação dos cargos do PCC e a nova tabela do PCC.

Nova Tabela proposta para o PCC

		Auxiliar	Intermediário	Superior
D	I	1.143,29	1.938,88	3.288,11
	II	1.194,74	2.026,13	3.436,07
	III	1.248,50	2.117,31	3.590,70
	IV	1.304,68	2.212,58	3.752,28
	V	1.363,39	2.312,15	3.921,13
C	I	1.424,75	2.416,20	4.097,58
	II	1.488,86	2.524,93	4.281,97
	III	1.555,86	2.638,55	4.474,66
	IV	1.625,87	2.757,28	4.676,02
	V	1.699,04	2.881,36	4.886,44
	VI	1.775,49	3.011,02	5.106,33
B	I	1.855,39	3.146,52	5.336,12
	II	1.938,88	3.288,11	5.576,24
	III	2.026,13	3.436,08	5.827,18
	IV	2.117,31	3.590,70	6.089,40
	V	2.212,59	3.752,28	6.363,42
	VI	2.312,16	3.921,13	6.649,78
A	I	2.416,20	4.097,58	6.949,02
	II	2.524,93	4.281,98	7.261,72
	III	2.638,55	4.474,66	7.588,50
		2.757,29	4.676,02	7.929,98

Pág 2/3 - Plano de Carreira – O que está em jogo
- Pauta de reivindicações emergencial

Pág 4 - Matérias de órgãos (IN, FNDE, Aposentados, demitidos)

Venha junto com o SINDSEP lutar pelos seus direitos

- ✓ Concentração terça-feira, dia 28 de maio, 14hs, no Espaço do Servidor.
- ✓ Vamos fazer a pressão no Congresso Nacional por nossos direitos.

Concentração terça-feira, 28/05, 14hs, no Espaço do Servidor.

Pauta de Reivindicação Emergencial da CONDSEF

Brasília, 20 de maio de 2002

I – Recomposição Integral de 94,76% (DIEESE) - referente ao período de janeiro/95 a abril/02.

II – Incorporação de todas as gratificações, inclusive da GAE, ao vencimento básico dos servidores.

III – Apresentação do PCC da CONDSEF como alternativa de Plano de Carreiras para todos os trabalhadores do Serviço Público Federal.

IV – Reintegração e readmissão imediata dos demitidos e garantia dos anistiados pela 8.878/94.

V – Reativação dos cargos extintos em todos os planos, inclusive os do PCC.

Desde 1995 enxergamos uma destruição dos serviços públicos e um dos pilares desse movimento tem sido a extinção progressiva dos cargos. Centenas ou até milhares de cargos foram extintos. Precisamos retomar esses cargos para discutir e fazer avançar os serviços públicos no Brasil. Para isso é necessário que o MPOG apresente e dê publicidade a todos os cargos que foram extintos desde 1990.

VI – Reajuste do Ticket Refeição para R\$ 344,00 (trezentos e quarenta e quatro reais).

Uma primeira análise da regulamentação da GDATA

O governo editou a regulamentação da GDATA. Em termos práticos, o que teremos:

1. Serão avaliados todos os servidores, inclusive os que têm FG e FCT, exceto os que estão em cargo de DAS (DAS 5 e 6 não serão avaliados; os outros receberão 7 vezes o valor da avaliação "institucional").

2. Serão definidas as unidades (diretorias, divisões, etc) com no mínimo 10 servidores para serem avaliados.

3. A avaliação institucional será de no máximo 15 pontos e a individual de no máximo 85 pontos, sendo a média de 60 pontos e com um desvio padrão de 5 no mínimo (ver matéria ao lado).

O resultado disso é que os servidores serão avaliados e poderão, por força do PLC 248, serem demitidos por "desempenho insuficiente". O regulamento ocupou duas páginas do DO, mas o central nós reproduzimos aqui.

Conseqüências das normas do artigo 7º de regulamentação da GDATA:

1. A média deverá ser de 60 pontos no máximo

2. O desvio padrão (ver ao lado) deve ser maior ou igual a 5

Ora, o desvio padrão é uma medida que quanto maior for, maior será a dispersão dos dados. Ou seja, em termos claros, se todos os servidores ganharem a mesma pontuação, o desvio padrão será zero. Para termos um desvio padrão igual a cinco, alguns servidores deverão ganhar acima da média e outros abaixo, abrindo caminho para as demissões.

REDAÇÃO FINAL (trecho do projeto)

Projeto de lei complementar n.º 248-D, de 1998

Disciplina a perda de cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável, e dá outras providências.

Art. 11. Será demitido, depois de concluído processo administrativo especificamente voltado para essa finalidade, em que lhe serão assegurados o contraditório e a ampla defesa, o servidor estável que receber:

I - dois conceitos sucessivos de desempenho insuficiente; ou.

II - três conceitos interpolados de desempenho insuficiente, computados os últimos cinco anos.

Plenária da Condsef discute PCC

A Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal-CONDSEF, reunida em Plenária entre os dias 18 e 19 de maio último, apresentou sua pauta emergencial a categoria e deliberou algumas propostas:

Fazer campanha com camisetas, faixas, teleprompt, divulgando e reivindicando as gratificações e realinhamento de tabelas e planos de carreira;

Agendar uma audiência pública sobre plano de carreira no início de junho (buscando viabilizar via contatos com líderes da oposição no Congresso);

Agendar uma audiência no MOG e na Casa Civil para buscar contatos com líderes da opo-

sição no Congresso e realização de um grande dia nacional de lutas, com caravanas para Brasília em defesa do PCC e da pauta emergencial.

O Sindsep/DF presente na plenária apresentou uma emenda para o PCC junto a Condsef.

"Estamos defendendo um plano que atenda todas as necessidades do servidor, dando a ele progressão social/profissional, e ascensão salarial. Um plano que dignifique toda a categoria. Para isso, estamos chamando todos os servidores a estarem conosco a partir da próxima terça-feira, 28/5 nos ajudando no trabalho de corpo a corpo com os parlamentares", argumentou Cláudio Santana, diretor adjunto do Sindsep/DF.

Discussão do PCC na Funasa/M. Saúde

Os servidores da Fundação Nacional de Saúde- Funasa chegaram à conclusão de que o Plano de Carreira da Previdência Social não atende as expectativas e não pode ser estendido aos trabalhadores da Funasa/Presidência. "Trata-se de um plano totalmente prejudicial para os servidores da saúde, pois ele abre um precedente para demissões".

No próximo dia 5/6 estaremos reunidos em assembleia para aprofundarmos a discussão do Plano de Carreira com os nossos servidores. Faz-se necessário uma explicação mais ampla sobre o plano a fim de se esgotar todas as dúvidas ainda existentes", garantiu Iraídes Staciari, servidora da Funasa e delegada sindical do Sindsep/DF".

Os servidores do Ministério da Saúde estarão reunidos no dia 29/5 também em assembleia para junto com a direção do Sindsep abrir um debate à cerca do plano. "Estão querendo nos impor um plano que ainda não foi discutido em nível de Funasa/Ministério da Saúde", concluiu.

EXPEDIENTE: Este jornal é de responsabilidade do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal - SINDSEP-DF - SBS Qd.1 Ed. Seguradoras 16º e 17º andares - Brasília/DF - CEP 70.300-500 - Fone: 321 1183 Email: imprensa@sindsep-df.com.br Fax: 225 0699. Fundado em 28.08.87 Registro MTb Nº 1564 CCG: Nº 03.656.576/0001-08. Editora: Ana Paula Oliveira RP 4026 DRT 884-DF - Responsáveis pela Secretaria de Imprensa: Luiz Bicalho, Elizabete Gomes de Andrade e Hermes Araújo Severino Conselho Editorial: João Batista, Jordelino Serafim, João França, Luiz Bicalho e Valda Eustáquio. Tiragem: 20.000 - Repórter Fotográfico: Ronaldo Barroso RP 4736/DF - Projeto Gráfico, Diagramação e Arte Final: Ronaldo Alves RP 5103/DF

Imprensa Nacional

Servidores questionam descontos em seus contracheques

O Decreto nº 2.784, de 11/09/98 do Governo Federal, dispõe sobre as consignações em folha de pagamento dos servidores públicos civis, aposentados e pensionistas da administração pública federal e do Poder Executivo.

No que tange aos servidores da Imprensa Nacional, o artigo 11 parágrafo 2º publicado no Diário Oficial dá aos trabalhadores a seguinte seqüência de corte nos descontos previstos: pensão alimentícia voluntária, empréstimos pessoais e depois contribuição para plano de saúde, e amortização de financiamento de imóveis residenciais.

Mas o que vem ocorrendo com os servidores da Imprensa Nacional não é bem assim.

Eles estão tendo descontado em seus contracheques empréstimos pessoais como sendo mais importante do que plano de saúde e financiamento de imóveis, configurando uma verdadeira crueldade com os trabalhadores.

Tais financeiras colocam nomes maquiados nos contracheques com o objetivo de burlar o decreto nº 2.784 visando obter preferência nos descontos do contracheque em detrimento dos outros mais importantes, já que o inciso VII que trata da contribuição do seguro de vida, não tem preferência sobre os outros descontos.

Quando o servidor se dirige à área de Recursos Humanos do seu órgão para cancelar da folha de pagamento o seguro de vida, recebe um comunicado do Secretário de Recursos Humanos do MOG, Luiz Carlos de Almeida Capella, que diz o seguinte:

“Que o cancelamento do desconto em consignação na folha de pagamento referente à parcela de seguro de vida, deverá ser efetuado mediante comprovação de comunicação prévia à entidade seguradora”.

Diante disso, o Sindsep/DF exige o cumprimento imediato do Decreto.

Sindicalistas condenam projeto que regulamenta direito de greve

Lideranças sindicais e representantes de entidades de servidores públicos debateram no último dia 23/5, o direito de greve para o funcionalismo público federal. No encontro, promovido pela Comissão do Trabalho, de Administração e Serviço Público, os sindicalistas condenaram o projeto do Executivo e destacaram que a cada ano a categoria vem perdendo seus direitos.

Sindsep no Congresso Nacional

A Direção do Sindsep/DF esteve durante duas semanas no Congresso Nacional fazendo um trabalho de visita aos parlamentares para incorporar uma emenda as propostas que contemplem os servidores do PCC como um todo.

Assembléias por local

de trabalho estão sendo realizadas em cada órgão com o objetivo de trazer os servidores para estarem atuando junto à direção do Sindsep num projeto que é de interesse de toda a categoria.

Explicações sobre o PCC, a normatização da GDATA e os critérios que

podem lesar os servidores fazem parte das discussões nas assembléias.

Segundo o diretor do Sindsep, Manoel Rodrigues, é preciso que nossa categoria siga o exemplo dos companheiros do Judiciário que estão lutando com todas as forças. “Sem luta não há vitória”.



Diretores e Delegados sindicais participam de Curso de Formação oferecido pelo Sindicato e organizado pela Secretaria de Formação, realizado na sede do Sindsep e ministrado por Serge Goulart.



FATOS ESTRANHOS ACONTECEM NO FNDE

CASA DE FERRERO- ESPETO DE PAU

Antigamente o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE funcionava no Edifício Darcy Ribeiro, localizado no Setor de Autarquias Sul, prédio do Governo Federal. Lá, a autarquia não pagava aluguel.

Hoje, o órgão está localizado no Edifício Áurea, Setor Bancário Sul e pertencente à iniciativa privada.

Assim que o FNDE se mudou para este edifício, foi feita uma grande reforma porque o prédio estava fechado há quase

7 anos. Mesmo assim, vem apresentando constantes problemas. O aluguel pago é 135 mil reais por mês ou mais.

Diante do exposto, lançamos mão de algumas perguntas:

Porque o FNDE saiu de um prédio público para ir para iniciativa privada?

Porque a necessidade de reformar o patrimônio da iniciativa privada? Qual a justificativa para um aluguel alto num prédio em condições tão precárias?

Segundo o diretor do Sindsep, Manoel Rodrigues, iremos questionar junto ao Ministério Público.



Terceirizados - Tentativa de Estupro no Itamaraty

A empresa Virtual Service contratada para serviços de limpeza no Itamaraty, continua aprontando com os funcionários.

Houve atrasos de vale-transportes e pagamento, e os atestados médicos nas ausências justificadas pelos funcionários não estão sendo aceitos.

Agora a violência foi praticada pelo encarregado da empresa que invadiu o vestiário feminino na tarde do último dia 10/5 e tentou estuprar uma funcionária da limpeza.

A funcionária teve várias lesões corporais e registrou uma ocorrência na Delegacia da Mulher, sob número 1236/2002.

O Itamaraty não tomou nenhuma providência para proteger a funcionária, que está psicologicamente e moralmente abalada, enquanto isso o canalha foi deslocado para outro ministério.

O Sindsep/DF está na defesa de todos os funcionários da empresa terceirizada e vem a público prestar apoio e solidariedade a todos que sofrem este tipo de discriminação e perseguição.

CALENDÁRIO DE ASSEMBLÉIAS POR LOCAL DE TRABALHO

ÓRGÃO	DATA	HORA	LOCAL
MME	27/05	10:00	Portaria Principal
MEC	28/05	10:00	Portaria Principal
M.SAÚDE	29/05	10:00	Túnel
Órgãos Regionais MF	29/05	14:00	Portaria
M. Agricultura	03/06	11:00	Túnel
TEM	04/06	14:00	Portaria Central
FUNAI	04/06	10:00	Auditório
FUNASA	05/06	10:00	Portaria
MICT	05/06	10:00	Portaria
M.Fazenda -Sede	06/06	09:00	Portaria

HFA

Já tivemos 3 audiências com o atual diretor tratando de nossas reivindicações. Apenas uma foi atendida. Não será a hora, senhor Diretor, de olhar com mais cuidado para os servidores?

POLÍCIA FEDERAL

Os servidores do PCC da PF estão acampados em frente ao prédio para exigir melhorias. O SINDSEP apóia a luta e chama todos para a concentração de terça (29/05) às 14h no espaço do servidor para o trabalho no Congresso exigindo a nova tabela do PCC.

